POLÍTICAS PÚBLICAS E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A INCLUSÃO: desafios, limites e possibilidades

Milena Bandeira Campos[1], João Alexandre Cardoso Lopes[2]

[1] Creche Jacy Saraiva da Silva Santos, Passagem Franca (MA), Brasil (bandeiramilena442@gmail.com)
[2]Pré-Escola Mãe Preta, Santa Inês (MA), Brasil

Resumo: Este estudo investigou os desafios enfrentados pelos professores na formação para atuar em contextos de inclusão escolar, com ênfase nas lacunas nas políticas públicas que impactam essa capacitação. A revisão bibliográfica, baseada em autores como Mantoan (2003) e Souza (2010), abordou a educação inclusiva e a formação docente no contexto das políticas públicas. A análise documental incluiu marcos legais e diretrizes educacionais, como a LDB, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e o PNE, interpretados à luz dos estudos de Fernandes (2007). Além disso, foi conduzido um estudo de caso em uma escola pública que desenvolve práticas inclusivas, com a aplicação de um questionário semiestruturado aos professores. Os resultados destacam aspectos relevantes sobre a realidade da educação inclusiva nas escolas brasileiras. Embora políticas públicas, como a Constituição Federal, a LDB, o PNE e o Estatuto da Pessoa com Deficiência, estabeleçam diretrizes claras para garantir a inclusão educacional, a implementação efetiva dessas políticas nas escolas ainda enfrenta desafios significativos. A análise dos dados revela que muitos professores encontram dificuldades devido à falta de recursos adequados, infraestrutura precária e formação insuficiente para lidar com a diversidade presente em sala de aula.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Formação de Professores; Desafios.

INTRODUÇÃO

As políticas públicas voltadas para a educação inclusiva têm desempenhado um papel crucial na garantia do direito à educação de qualidade para todos, especialmente para pessoas com deficiência. No Brasil, a inclusão escolar foi consolidada como princípio a partir de marcos legais como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394 de 1996, e o Plano Nacional de Educação. Esses dispositivos normativos asseguram a promoção de uma educação que respeite e valorize a diversidade, sendo a formação docente um elemento central para a efetivação desse direito.

Tais instrumentos destacam a necessidade de uma formação inicial que contemple, de forma consistente, a diversidade presente nas salas de aula, capacitando os professores para atenderem estudantes com diferentes demandas educacionais. Entretanto, a efetiva implementação dessas políticas enfrenta desafios significativos no contexto brasileiro, como apontam Crochick e colaboradores em 2020. A formação inicial dos docentes, muitas vezes, carece de conteúdos sólidos e práticos relacionados à educação inclusiva. Grande parte dos cursos de licenciatura aborda a temática de forma superficial, limitando-se a componentes curriculares teóricos e, por vezes, desconectados da realidade das escolas. Essa lacuna contribui para a insegurança profissional e até para a resistência de alguns docentes na adoção de práticas pedagógicas inclusivas.

Diante desse cenário, torna-se imperativo que as políticas públicas garantam a atualização dos currículos dos cursos de formação inicial, incorporando metodologias ativas, práticas pedagógicas inclusivas e estratégias que favoreçam o desenvolvimento de todos os alunos, como defendido por Mendes em 2019. No entanto, a formação inicial isoladamente não é suficiente. A formação continuada emerge como elemento indispensável, capaz de assegurar o aprimoramento constante dos saberes docentes e o enfrentamento dos desafios que surgem no cotidiano escolar. As políticas públicas, portanto, devem priorizar a oferta sistemática de cursos, oficinas, seminários e programas que aprofundem as discussões sobre inclusão escolar. Iniciativas como o Programa de Formação Continuada de Professores em Educação Especial são fundamentais, mas precisam ser ampliadas e descentralizadas, especialmente para alcançar profissionais em regiões mais remotas e vulneráveis.

Paralelamente, a formação dos professores para a inclusão deve estar articulada com políticas que garantam suporte técnico e pedagógico contínuo. A presença de equipes multiprofissionais compostas por psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais e especialistas em educação especial é essencial para dar apoio às práticas pedagógicas inclusivas. Contudo, a realidade revela que, na maioria das escolas públicas, essa rede de apoio é inexistente ou insuficiente, o que gera uma sobrecarga sobre os professores, comprometendo

tanto sua saúde mental quanto a efetividade das ações pedagógicas, conforme Baptista ressalta em 2019.

Além disso, o acesso a recursos pedagógicos acessíveis e tecnologias assistivas constitui outro eixo fundamental nas políticas públicas de inclusão. Sem materiais adaptados, softwares especializados e equipamentos de acessibilidade, os docentes encontram dificuldades para planejar e executar práticas pedagógicas que atendam às necessidades dos estudantes com deficiência. Dessa forma, a capacitação dos professores no uso de tecnologias assistivas torna-se indispensável para garantir a equidade no processo de ensino e aprendizagem, como defende Mendes em 2019.

Refletir sobre as políticas públicas e a formação docente para a inclusão torna-se, portanto, uma ação estratégica na busca por uma educação democrática, justa e de qualidade. A inclusão escolar não se limita à matrícula dos estudantes com deficiência nas escolas regulares, mas pressupõe a criação de condições efetivas para sua participação plena, aprendizagem significativa e desenvolvimento integral. Nesse processo, os professores desempenham um papel central, pois são os principais mediadores entre o currículo e as especificidades de cada aluno.

Apesar dos avanços normativos e dos esforços empreendidos nas últimas décadas, a realidade brasileira ainda apresenta profundas lacunas no que se refere à formação inicial e continuada dos docentes para atuação em contextos inclusivos. Muitos profissionais enfrentam sérias dificuldades para adaptar suas práticas pedagógicas e implementar estratégias metodológicas que atendam à diversidade, o que revela fragilidades nos seus percursos formativos. Assim, discutir as interfaces entre políticas públicas e formação docente é uma ação urgente e necessária para identificar desafios, refletir sobre as práticas vigentes e propor soluções que efetivamente contribuam para o fortalecimento da educação inclusiva no país, como argumenta Baptista em 2019.

Vale destacar que a formação docente inclusiva é um dos pilares fundamentais para a concretização das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação, especialmente no que tange à universalização do Atendimento Educacional Especializado e à qualificação dos profissionais da educação. A análise crítica das políticas públicas voltadas à inclusão permite não apenas reconhecer os avanços já alcançados, mas, sobretudo, identificar os desafios que ainda persistem na construção de uma escola que valorize as diferenças e promova a equidade, conforme apontam Matos e colaboradores em 2020.

A escolha por desenvolver este estudo justifica-se pela necessidade premente de consolidar a inclusão como direito fundamental e prática efetiva no sistema educacional brasileiro. A formação docente voltada para a inclusão não pode ser compreendida como um desafio isolado, restrito ao ambiente escolar, mas sim como parte integrante de um projeto social mais amplo, que pressupõe investimento público, planejamento estratégico e comprometimento coletivo dos diversos agentes envolvidos no processo educativo. Refletir, portanto, sobre as políticas públicas e sobre a formação de professores para a inclusão é contribuir decisivamente para a construção de uma escola verdadeiramente democrática, acessível, acolhedora e comprometida com a justiça social.

Neste contexto, este estudo investigou os desafios e dificuldades enfrentados pelos professores no processo formativo para atuação em contextos de inclusão escolar, com ênfase nas lacunas presentes nas políticas públicas que impactam diretamente essa formação. A problemática central residiu em compreender os obstáculos que as políticas educacionais ainda apresentam na preparação docente para a inclusão e como essas limitações repercutem nas práticas pedagógicas. Para responder a esse problema, o trabalho concentrou-se em mapear as principais dificuldades enfrentadas pelos docentes no que diz respeito ao preparo recebido, à implementação de metodologias inclusivas e à carência de recursos ou suporte institucional, além de analisar de que maneira as atuais políticas podem ser aprimoradas para garantir uma formação mais efetiva.

Especificamente, a pesquisa buscou delinear o panorama das políticas públicas direcionadas à formação docente para a inclusão no Brasil, identificar as principais dificuldades relatadas pelos professores em formação e propor estratégias que subsidiem políticas mais eficazes. Para isso, adotou-se uma abordagem qualitativa, ancorada na revisão bibliográfica, na análise documental e na realização de estudo de caso.

O presente trabalho foi estruturado em três grandes eixos. O primeiro aborda a educação inclusiva e o papel das políticas públicas no Brasil, destacando os avanços, desafios e contradições presentes na efetivação do direito à educação para todos. Na sequência, discute-se a formação docente, evidenciando os principais entraves e possibilidades para que essa capacitação atenda, de fato, às demandas da inclusão escolar. Por fim, são apresentados e analisados os dados obtidos na pesquisa empírica, destacando-se as percepções dos professores sobre suas dificuldades e desafios na formação, culminando nas considerações finais, que sintetizam os principais achados, refletem sobre as contribuições do estudo e sugerem caminhos possíveis para o aprimoramento das políticas públicas e da formação docente inclusiva no Brasil.

REFERENCIAL TÉORICO

A educação inclusiva e o papel das Políticas Públicas no Brasil

A educação inclusiva no Brasil é fundamentada no princípio da igualdade de oportunidades, consolidado em diversos documentos legais e diretrizes nacionais. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, assegura que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família, devendo ser promovida com base na igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola (Brasil. 1988). Esse marco legal foi complementado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/96), que destaca a necessidade de atender as especificidades de alunos com deficiência, promovendo a inclusão em escolas regulares e disponibilizando suporte educacional especializado (Crochick, et al., 2020).

O Plano Nacional de Educação (PNE) reforça a necessidade de promover a inclusão como uma meta central para o desenvolvimento educacional do país. As metas 4 e 15 do PNE (2014-2024) destacam a universalização do atendimento educacional especializado e a formação de professores capacitados para lidar com a diversidade. Esses objetivos refletem um esforço para integrar os alunos com deficiência ao sistema educacional regular, superando barreiras históricas de segregação e exclusão (Miranda, 2019). No entanto, a implementação dessas políticas ainda enfrenta desafios, como a desigualdade de recursos entre regiões, a carência de infraestrutura acessível e a formação inadequada dos profissionais da educação. Outro marco relevante na educação inclusiva brasileira é o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que estabelece diretrizes para a acessibilidade e a garantia de direitos das pessoas com deficiência em diversos âmbitos, incluindo o educacional. Essa legislação reforça a obrigação de escolas públicas e privadas de oferecerem condições adequadas para o aprendizado de todos os alunos, como adaptações curriculares, materiais didáticos acessíveis e tecnologias assistivas. Apesar dos avanços, muitos desses dispositivos ainda não foram plenamente implementados, evidenciando a necessidade de maior comprometimento por parte das políticas públicas (Mendes, 2019). De acordo com Santos (2024), a criação e expansão das salas de recursos multifuncionais, bem como a ampliação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), são iniciativas que têm buscado oferecer suporte adicional aos alunos com deficiência em escolas regulares. Essas ações são essenciais para assegurar o aprendizado e a participação desses alunos no ambiente escolar. Contudo, a falta de recursos financeiros, o número insuficiente de profissionais qualificados e a dificuldade de integrar o AEE às práticas pedagógicas regulares ainda são desafios recorrentes. Tais limitações destacam a necessidade de políticas públicas que priorizem o investimento em infraestrutura e formação continuada de professores (Baptista, 2019). Além dos aspectos estruturais, a educação inclusiva exige uma mudança cultural, tanto no sistema educacional quanto na sociedade em geral. É fundamental que as políticas públicas promovam a conscientização sobre a inclusão como um valor coletivo, envolvendo não apenas os professores, mas também as famílias, gestores e toda a comunidade escolar. A inclusão deve ser entendida como um processo dinâmico, que requer o reconhecimento e a valorização das diferenças, bem como o combate a preconceitos e discriminações que ainda persistem (Matos, et. al., 2020). O papel das políticas públicas na promoção da educação inclusiva é indispensável para garantir que o direito à educação seja efetivamente acessível a todos. Apesar dos avanços alcançados, ainda há um longo caminho a percorrer para que as escolas brasileiras se tornem, de fato, espaços inclusivos. Investir em políticas públicas que assegurem a formação de professores, a acessibilidade, o suporte pedagógico e a conscientização social é essencial para consolidar uma educação inclusiva e democrática, capaz de acolher a diversidade e contribuir para uma sociedade mais justa e equitativa (Almeida, 2020).

Formação de professores: desafios e possibilidades para a inclusão escolar

A formação de professores é um dos pilares fundamentais para a efetivação da educação inclusiva, sendo responsável por preparar os docentes para lidar com a diversidade presente no ambiente escolar. Contudo, no Brasil, a formação inicial ainda apresenta lacunas significativas no que diz respeito ao preparo para a inclusão. Muitos cursos de licenciatura oferecem poucas disciplinas ou conteúdos específicos sobre práticas pedagógicas inclusivas, deixando os futuros professores despreparados para atender às demandas de alunos com deficiência ou outras necessidades educacionais especiais. Essa carência inicial reflete diretamente na qualidade da educação oferecida. Monteiro (2021) ressalta que o papel da escola e a formação dos professores são aspectos fundamentais para a inclusão escolar. Segundo a autora, a escola deve proporcionar múltiplas experiências de aprendizagem, estimular o interesse pelo conhecimento e criar um ambiente que favoreça a participação ativa e afetiva dos alunos. Além disso, destaca-se a importância de promover a autonomia dos estudantes, tornando-os sujeitos conscientes e responsáveis por transformar a realidade em que estão inseridos, em conformidade com a legislação vigente. Outro ponto crítico é a falta de uma abordagem prática durante a formação dos professores. A teoria, embora essencial, muitas vezes

não prepara o docente para os desafios reais da sala de aula. Experiências práticas, como estágios supervisionados em contextos inclusivos, são fundamentais para que os professores desenvolvam habilidades para lidar com as especificidades de cada aluno, trabalhar com recursos adaptados e construir práticas pedagógicas colaborativas. A ausência dessas vivências limita o desenvolvimento de competências que poderiam ser transformadoras para o contexto educacional (Dias, 2019). Apesar desses desafios, também existem possibilidades e avanços no campo da formação docente para a inclusão. A inserção de disciplinas específicas sobre educação especial e práticas inclusivas nos currículos de licenciatura, a ampliação de políticas públicas de capacitação continuada e a integração de tecnologias assistivas na formação são estratégias que podem contribuir significativamente para a melhoria do preparo docente. Programas como o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o uso de salas de recursos multifuncionais são exemplos de iniciativas que, se articuladas à formação docente, têm potencial de transformar a realidade da educação inclusiva (Costa; Silva, 2020). A formação de professores para a inclusão não é apenas uma questão técnica, mas também ética e política. Ela reflete o compromisso de toda a sociedade com a construção de uma educação equitativa e democrática. Garantir que os professores estejam preparados para trabalhar com a diversidade significa promover o direito à educação para todos, em sua plenitude. Assim, superar os desafios e explorar as possibilidades da formação docente é essencial para consolidar uma escola verdadeiramente inclusiva e para transformar o sistema educacional em um espaço de oportunidades iguais para todos (Rocha, 2022).

MATERIAL E MÉTODOS

A presente pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, fundamentada na compreensão dos significados que os participantes atribuem às suas experiências formativas, alinhando-se aos pressupostos de Bogdan e Biklen (1994). Essa perspectiva possibilita uma análise aprofundada das narrativas, permitindo identificar padrões, singularidades e recorrências nas trajetórias educacionais dos sujeitos.

Caracteriza-se também como uma pesquisa de campo, desenvolvida no ambiente escolar, com o objetivo de compreender, de forma contextualizada, os desafios e as percepções dos docentes acerca da formação para a educação inclusiva. Nesse sentido, Marconi e Lakatos (2011) destacam que a pesquisa de campo favorece a obtenção de dados diretamente da realidade observada, revelando inter-relações entre os fenômenos estudados. Soma-se a isso a natureza descritiva da investigação, que, conforme Gil (2008), busca descrever características de determinado fenômeno e estabelecer possíveis conexões entre variáveis.

A coleta de dados foi realizada mediante a aplicação de um questionário semiestruturado, destinado a dois professores da educação básica de uma escola pública. A elaboração desse instrumento foi guiada pelos princípios da pesquisa qualitativa, possibilitando uma compreensão ampla das percepções docentes sobre sua formação e os desafios enfrentados na prática inclusiva.

Para a análise dos dados, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, conforme Bardin (2011), permitindo a organização das informações em categorias temáticas que favoreceram a interpretação dos relatos e a identificação de elementos relevantes para o alcance dos objetivos propostos.

O percurso metodológico também incluiu uma revisão bibliográfica, com base em autores que discutem a educação inclusiva e a formação de professores, a exemplo de Mantoan (2003), e Souza (2010). Além disso, realizou-se uma análise documental dos marcos legais e normativos que orientam a educação inclusiva no Brasil, tais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, contextualizados à luz das reflexões de Fernandes (2007) e outros estudiosos da área.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O objetivo nesta seção é analisar as percepções dos professores acerca das dificuldades encontradas durante a sua formação para atuar em contextos de inclusão escolar. A inclusão de alunos com deficiência ou necessidades educacionais específicas é um dos maiores desafios para o sistema educacional, e sua implementação eficaz depende de múltiplos fatores, entre eles a preparação adequada dos educadores. Esse processo é orientado por diversas políticas públicas no Brasil, que buscam garantir uma educação de qualidade para todos, independentemente das condições individuais dos alunos.

A pergunta elaborada para os participantes da pesquisa buscou compreender quais dificuldades foram enfrentadas pelos professores em sua formação, levando em consideração as políticas públicas relacionadas à educação inclusiva. Assim, a questão formulada foi a seguinte: **Quais dificuldades você enfrentou na formação para atuar em contextos de inclusão escolar, considerando as políticas públicas?** Participaram dois professores dessa pesquisa, identificados como P1 e P2, visando garantir o anonimato e a confidencialidade das respostas.

Ao serem questionados, ambos os participantes apontaram que, apesar dos avanços nas legislações e nas políticas públicas voltadas para a inclusão, ainda

há uma grande distância entre o que é previsto nas normativas e a realidade concreta das escolas. Para P1, a maior dificuldade enfrentada está exatamente nessa desconexão entre as diretrizes legais e a prática escolar. O participante relata que, embora existam leis que garantem o direito à educação inclusiva, a efetivação dessas políticas encontra obstáculos significativos, como a ausência de formação específica para todos os docentes, a insuficiência de recursos pedagógicos e estruturais, além da pouca articulação entre os órgãos responsáveis por viabilizar a inclusão.

Da mesma forma, P2 reforça que sua formação inicial não contemplou, de maneira satisfatória, os saberes necessários para atuar efetivamente na inclusão. O participante enfatiza que a formação foi marcada pela ausência de componentes práticos e específicos, capazes de preparar os professores para enfrentar os desafios impostos pela diversidade no ambiente escolar. Embora as políticas públicas destaquem a importância da educação inclusiva, P2 aponta que, na prática, elas não se materializam em processos formativos que atendam às reais necessidades dos educadores. Além disso, o professor destaca dificuldades relacionadas à falta de recursos didáticos e tecnológicos, bem como aos desafios na elaboração de estratégias de avaliação que considerem as especificidades dos alunos público-alvo da educação especial.

Ao analisar as respostas obtidas, é possível identificar que as principais dificuldades relatadas pelos professores estão relacionadas à distância entre as diretrizes das políticas públicas e a realidade das escolas. Apesar de as legislações sobre a inclusão escolar serem avançadas e estarem bem estabelecidas, a implementação dessas políticas encontra obstáculos significativos. A falta de formação específica e prática para os docentes é um dos pontos críticos mencionados. Os professores, muitas vezes, não recebem a preparação necessária para lidar com a diversidade de habilidades e necessidades que estão presentes nas salas de aula, o que dificulta a promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva.

Essas dificuldades estão em linha com os estudos de Mantoan (2003) e Matos, Lima e Menezes (2020), que destacam que, apesar dos avanços nas políticas públicas de inclusão, a formação dos professores e a infraestrutura escolar ainda precisam de aprimoramentos significativos. O desafio não está apenas em garantir que as normas existam, mas em assegurar que sejam efetivamente implementadas nas escolas, com os recursos e o suporte necessários para garantir que todos os alunos possam aprender de forma igualitária e inclusiva.

Em continuidade questionou-se: ***A formação inicial foi suficiente para preparar você para a educação inclusiva? Quais lacunas você percebeu?***

Os dois professores entrevistados concordaram que a formação inicial recebida, embora tenha oferecido uma base teórica importante, mostrou-se insuficiente para prepará-los adequadamente para os desafios práticos da educação inclusiva. Ambos destacaram a ausência de experiências práticas diretas com alunos com deficiência ou necessidades especiais, o que limitou sua capacidade de lidar com a diversidade em sala de aula. P1 ressaltou a carência de disciplinas focadas em metodologias inclusivas e a necessidade de maior ênfase em práticas pedagógicas adaptativas e estratégias de ensino acessíveis. P2 também apontou lacunas na adaptação curricular e na aplicação de metodologias específicas para diferentes estilos de aprendizagem, além de enfatizar a falta de formação voltada para a promoção de uma cultura inclusiva na escola e para o trabalho colaborativo entre profissionais da educação, aspectos considerados essenciais para garantir um suporte eficaz às demandas dos alunos.

De maneira geral, as respostas indicam que a formação inicial foi insuficiente para garantir que os professores estivessem plenamente preparados para enfrentar os desafios práticos da educação inclusiva. Ambos os participantes destacaram que, embora a formação tenha proporcionado uma base teórica importante, ela não foi capaz de prepará-los adequadamente para as experiências práticas e desafios cotidianos que envolvem o trabalho com alunos com necessidades especiais.

Lacunas identificadas: A principal lacuna mencionada refere-se à falta de experiências diretas com alunos com deficiência. Esse ponto é enfatizado por ambos os participantes, que sentem que a ausência de vivências práticas e interações diretas com alunos com diferentes necessidades educacionais compromete a preparação para enfrentar os desafios reais da inclusão escolar. Além disso, há uma escassez de disciplinas específicas que abordem metodologias inclusivas e estratégias pedagógicas adaptativas, essenciais para tornar a educação acessível a todos os alunos, independentemente de suas condições.

Além disso, a promoção de uma cultura inclusiva nas escolas e a colaboração entre profissionais da educação também foram identificadas como áreas pouco exploradas na formação inicial. Esses elementos são cruciais para a criação de um ambiente escolar que realmente suporte as necessidades dos alunos com deficiência. A falta de articulação entre os professores e outros profissionais da educação compromete a qualidade do atendimento e a efetividade da inclusão escolar.

Essas lacunas são corroboradas por Rocha (2022), que enfatiza a importância de uma formação prática e

voltada para a aplicação real das metodologias inclusivas, além de destacar que a formação de professores deve ser contínua e envolver experiências diretas com alunos com necessidades especiais. Rocha (2022) também sugere que a formação inicial precisa ir além da teoria, capacitando os docentes para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas adaptativas, que são fundamentais para a efetivação da educação inclusiva.

Por sua vez, Santos (2024) reforça a ideia de que as políticas públicas de educação inclusiva devem ser mais bem implementadas nas escolas e que os professores precisam ser capacitados para essas demandas, com um enfoque prático e colaborativo, que permita a adaptação curricular e a criação de um ambiente verdadeiramente inclusivo.

Outro ponto questionado foi sobre: ***Quais obstáculos você encontra ao aplicar as diretrizes de inclusão escolar em sala de aula?***

Os professores destacaram desafios comuns na prática da educação inclusiva que impactam diretamente a efetividade desse processo. P1 apontou a escassez de materiais didáticos acessíveis e a falta de formação continuada para todos os docentes como barreiras significativas, além de mencionar a resistência de alguns profissionais em adaptar suas práticas pedagógicas. A sobrecarga de trabalho também foi citada como um fator que dificulta a personalização do ensino para atender às necessidades específicas dos estudantes. De forma semelhante, P2 relatou enfrentar resistência à mudança tanto por parte de colegas quanto da gestão escolar, que frequentemente mantém métodos tradicionais, dificultando a inovação pedagógica necessária. P2 também destacou a insuficiência de recursos adequados, como materiais adaptados e suporte técnico, como obstáculos que limitam a implementação de estratégias pedagógicas personalizadas em sala de aula.

Os professores enfrentam vários obstáculos na aplicação das diretrizes de inclusão escolar, como a falta de materiais didáticos acessíveis e o suporte técnico necessário para adaptar o ensino às necessidades dos alunos. A resistência de alguns profissionais e da gestão escolar, que ainda mantêm práticas tradicionais, também dificulta a implementação de metodologias inclusivas. Além disso, a sobrecarga de trabalho e a falta de formação continuada para os educadores são desafios que comprometem a personalização do ensino e a adaptação das práticas pedagógicas.

Esses obstáculos são evidentes nas análises de Mantoan (2003), que aponta a falta de recursos e a resistência à mudança como barreiras significativas para a efetivação da inclusão escolar. Para superar esses desafios, é necessário investir em capacitação contínua, garantir acesso a materiais adequados e promover um ambiente colaborativo que envolva todos os profissionais da educação, a fim de implementar as diretrizes de forma mais eficaz.

Tambem perguntou-se: **A formação continuada oferece suporte para aplicar metodologias inclusivas? Quais limitações você identifica?**

Os relatos dos professores evidenciam diferentes percepções sobre a formação continuada no contexto da educação inclusiva. P1 reconhece que a formação continuada contribui para a atualização dos docentes, porém destaca que ainda existem lacunas, especialmente no que se refere à aplicação prática das metodologias inclusivas. Segundo esse professor, muitas formações permanecem excessivamente teóricas e carecem de exemplos concretos que facilitem a implementação em sala de aula, além de ressaltar a limitação no acesso a cursos para todos os professores. Por outro lado, P2 enfatiza a importância da formação continuada como um suporte essencial para a prática inclusiva, destacando que esses programas possibilitam o desenvolvimento de habilidades práticas, o aprofundamento do conhecimento sobre estratégias pedagógicas diversificadas, a adaptação curricular e o uso de recursos e tecnologias facilitadoras da inclusão.

A formação continuada tem um papel importante no suporte à aplicação de metodologias inclusivas, fornecendo aos professores a oportunidade de se atualizar e desenvolver habilidades práticas. No entanto, os participantes indicam que a abordagem ainda apresenta limitações, especialmente em relação à aplicação prática das metodologias. Muitas formações são mais teóricas, sem exemplos concretos de como adaptar as práticas pedagógicas à diversidade dos alunos. Além disso, a oferta de cursos acessíveis a todos os professores ainda é limitada, o que restringe a disseminação de práticas inclusivas.

De acordo com os estudos de Almeida (2020) e Baptista (2019), a formação continuada é um instrumento crucial para a implementação de práticas pedagógicas inclusivas, mas deve ser mais centrada nas realidades locais das escolas e nas necessidades específicas dos professores. As limitações identificadas, como a falta de tempo e recursos para a participação em cursos, a resistência de alguns educadores e a falta de um suporte institucional eficaz, comprometem a efetividade das políticas de educação inclusiva. A superação dessas barreiras exige investimentos em programas de formação mais contextualizados e a criação de condições favoráveis à implementação contínua dessas metodologias nas escolas.

Por fim: **Você encontra dificuldades com a falta de recursos ou apoio institucional para a inclusão escolar?**

Os dois professores apontam a falta de recursos como um entrave significativo para a efetivação da inclusão escolar. P1 destaca a ausência de materiais

adaptados, salas de recursos multifuncionais equipadas e profissionais especializados, como intérpretes de Libras e auxiliares de ensino, além de mencionar que o apoio institucional ainda é insuficiente, levando os docentes a buscarem soluções por conta própria. De forma semelhante, P2 relata que a carência de recursos, como materiais didáticos adaptados, tecnologias assistivas e ambientes físicos acessíveis, dificulta o atendimento às necessidades dos alunos com deficiências. Também enfatiza a falta de suporte institucional, que inclui a formação adequada dos professores e a promoção de uma cultura inclusiva na escola, aspectos que impactam a eficácia das práticas pedagógicas inclusivas e comprometem a garantia do direito à educação de qualidade.

A falta de recursos e apoio institucional é apontada como uma dificuldade significativa na implementação da inclusão escolar. A escassez de materiais didáticos adaptados, salas de recursos multifuncionais e profissionais especializados, como intérpretes de Libras, é um desafio enfrentado pelos professores. A ausência de um suporte institucional consistente, como formação adequada para os educadores e a criação de uma cultura inclusiva dentro da escola, dificulta ainda mais a aplicação das metodologias inclusivas e compromete o atendimento às necessidades de alunos com deficiências. Esses problemas são corroborados por estudos como os de Almeida (2020) e Baptista (2019), que ressaltam a importância do apoio institucional e da infraestrutura adequada para garantir a eficácia das práticas pedagógicas inclusivas. A falta de recursos e a deficiência no suporte institucional podem resultar em ambientes escolares que não favorecem o aprendizado de todos os alunos, afetando o direito à educação de qualidade, como estipulado pela legislação sobre a inclusão. Para que a inclusão escolar seja efetiva, é necessário garantir condições estruturais e apoio contínuo aos professores, além de promover uma cultura de acolhimento e respeito à diversidade.

Portanto, a análise das respostas revela que os desafios enfrentados pelos professores na implementação da educação inclusiva são múltiplos e complexos. A falta de recursos adequados, como materiais didáticos adaptados e infraestrutura especializada, a escassez de formação prática nas metodologias inclusivas e a resistência de alguns profissionais à mudança configuram obstáculos significativos.

CONCLUSÃO

Os resultados obtidos a partir das análises destacam importantes aspectos sobre a realidade da educação inclusiva nas escolas brasileiras. Embora as políticas públicas, como a Constituição Federal, a LDB, o PNE e o Estatuto da Pessoa com Deficiência, estabeleçam diretrizes claras para garantir a inclusão educacional, ainda existem desafios significativos em sua implementação efetiva nas escolas. A análise dos dados revela que muitos professores ainda enfrentam dificuldades relacionadas à falta de recursos adequados, à infraestrutura das escolas e à formação insuficiente para lidar com a diversidade presente em sala de aula.

Os dados coletados mostram que, embora a maioria dos docentes reconheça a importância da educação inclusiva, a formação inicial, que em grande parte não aborda de maneira prática e eficaz as necessidades de alunos com deficiência, é um ponto crítico. Os professores relatam que, muitas vezes, o conteúdo teórico aprendido durante a formação inicial não se traduz em estratégias práticas aplicáveis no cotidiano escolar, gerando uma lacuna significativa entre a teoria e a prática.

Além disso, a análise das respostas sugere que há uma resistência cultural e estrutural em muitas escolas em relação à inclusão. A falta de uma cultura inclusiva e o desconhecimento de métodos pedagógicos adaptativos são fatores que dificultam a promoção de um ambiente verdadeiramente inclusivo. Muitos professores também apontaram a ausência de uma articulação mais efetiva entre os diferentes profissionais da escola (gestores, pedagogos e educadores) e a comunidade escolar, o que torna o processo de inclusão menos eficaz.

A formação continuada dos professores surge como uma necessidade urgente. Os dados indicam que programas de capacitação, focados em estratégias pedagógicas adaptativas e no uso de tecnologias assistivas, podem ser uma solução eficaz para suprir a falta de preparação dos docentes para lidar com a diversidade de alunos.

A principal conclusão deste estudo é que, embora as políticas públicas para a inclusão escolar estejam em vigor, sua implementação depende de um esforço contínuo para superar as barreiras estruturais e culturais. A educação inclusiva no Brasil só será plenamente eficaz quando houver uma articulação entre formação docente de qualidade, investimentos em infraestrutura e recursos, e o envolvimento de toda a comunidade escolar. Isso garantirá que todos os alunos, independentemente de suas condições, tenham acesso a uma educação de qualidade e possam participar ativamente do processo educacional.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos, primeiramente, a Deus, por nos conceder força, saúde e sabedoria durante todo esse percurso. Às nossas famílias, pelo amor, paciência, compreensão e apoio incondicional em todos os momentos, especialmente nas horas de desafios e renúncias necessárias para a construção deste trabalho.

Aos nossos professores e professoras, que, com seus ensinamentos, contribuíram significativamente para a

nossa formação acadêmica e profissional, despertando em nós reflexões e compromissos com uma educação mais justa e inclusiva.
Aos professores participantes da pesquisa, que gentilmente cederam seu tempo, compartilharam suas vivências e contribuíram de forma fundamental para que este estudo se tornasse possível e significativo.
Aos colegas de jornada, pelas trocas, diálogos e apoio mútuo durante essa caminhada formativa.
Por fim, somos gratos a todas as pessoas que, de alguma maneira, fizeram parte desse percurso e nos inspiraram a acreditar que uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade é um compromisso ético, social e humano.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. R. Mas ele tem laudo! Implicações do decreto 10.502/2020 no desmonte das políticas públicas para a educação inclusiva. **Psicologia da Educação**, n. 51, 2020. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2175-3520 2020000200127&script=sci_arttext. Acesso em: 20 mai. 2025.

BAPTISTA, C. R. Política pública, Educação Especial e escolarização no Brasil. **Educação e Pesquisa**, v. 45, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/8FLTQYvVChDcF77kwPHtSww/. Acesso em: 01 jun. 2025.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto Alegre: Artmed, 1994.

COSTA, C. R; SILVA, P. R. Revisão Sistemática sobre Letramento Digital na Formação de Professores: desafios e possibilidades. **Anais do XXXI Simpósio Brasileiro de Informática na Educação**, p. 282-291, 2020. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/5771/577163983003/577163983003.pdf. Acesso em: 20 mai. 2025.

CROCHICK, J. L.; COSTA, V. A.; FARIA, D. F. Contradições e limites das políticas públicas de educação inclusiva no Brasil. **Educação: Teoria e Prática**, v. 30, n. 63, 2020. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1981-81062020000100075&script=sci_arttext. Acesso em: 25 mai. 2025.

DIAS, R. I. R. A inclusão do aluno com transtorno do espectro autista na escola comum: desafios e possibilidades. **EaD & Tecnologias Digitais na Educação**, v. 7, n. 9, 2019. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/ead/article/view/10745. Acesso em: 02 jun. 2025.

FERNANDES, L. **Política educacional e formação de professores para a educação inclusiva**. Campinas: Papirus, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Ediitora Atlas SA, 2008.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como?** São Paulo: Editora Moderna, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MATOS, E. C.; LIMA, M. D.; MENEZES, A. C. S. A educação inclusiva no contexto das políticas públicas no Brasil. **Educação no Século XXI - Volume 40 Especial, Inclusiva**, p. 8, 2020. Disponível em: https://www.academia.edu/download/87829655/978-85-7042-167-8.pdf#page=8. Acesso em: 29 mai. 2025.

MENDES, E. G. A política de educação inclusiva e o futuro das instituições especializadas no Brasil. **Education Policy Analysis Archives**, v. 27, p. 22-22, 2019. Disponível em: https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/3167. Acesso em: 19 mai. 2025.

MIRANDA, F. D. Aspectos históricos da educação inclusiva no Brasil. **Pesquisa e Prática em Educação Inclusiva**, v. 2, n. 3, p. 11-23, 2019. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/234027306.pdf. acesso em: 10 jun. 2025.

MONTEIRO, K. F. V. **Eles nos ensinam todos os dias**: fundamental para multiprofissionais e pais de pessoas com TEA. Tutóia, MA: Diálogos, 2021.

ROCHA, L. P. A formação de professores para a inclusão escolar dos alunos com deficiência. **Conjecturas**, v. 22, n. 3, p. 195-212, 2022. Disponível em: https://scholar.archive.org/work/kteigtb4wrbsvicuiu6qan2mo4/access/wayback/https://conjecturas.org/index.php/edicoes/article/download/700/547. Acesso em: 16 jun. 2025.

SANTOS, A. N. S. Do texto legal à prática: políticas públicas de educação inclusiva para a rede municipal de educação em um município do Estado do Ceará.

Contribuciones a las Ciencias Sociales, v. 17, n. 4, 2024. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Italo-Arruda-4/publication/380137057_Do_texto_legal_a_pratica_politicas_publicas_de_educacao_inclusiva_para_a_rede_municipal_de_educacao_em_um_municipio_do_Estado_do_Ceara/links/663398697091b94e93ea9978/Do-texto-legal-a-pratica-politicas-publicas-de-educacao-inclusiva-para-a-rede-municipal-de-educacao-em-um-municipio-do-Estado-do-Ceara.pdf. Acesso em: 13 jun. 2025.

SOUSA, D. L. **A formação de professores e a educação inclusiva: desafios contemporâneos**. Brasília: Editora UnB, 2010.

SOUZA, J. Alfabetização científica do estudante autista: desafios e possibilidades. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 12, p. 29-52, 2019. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/5251. Acesso em: 12 jun. 2025.